

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.870 - DF (2020/0067750-9)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
IMPETRANTE : PAULO CEZAR DOS SANTOS
ADVOGADOS : ALIGARI CORRÊA STARLING LOUREIRO - DF012977
EDMUNDO STARLING LOUREIRO FRANCA - DF020252
IMPETRADO : MINISTRO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS
HUMANOS
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por PAULO CEZAR DOS SANTOS contra ato da MINISTRA DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, consubstanciado na instauração de processo de revisão de anistia concedida com base na Portaria 1.104/GM-3/1964.

O impetrante alega que foi considerado anistiado político por meio da Portaria 1622, de 06/07/2004.

Em dezembro de 2019, a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no uso de suas atribuições, determinou a realização de procedimento de revisão/anulação das anistias concedidas com fundamento na Portaria 1.104/GM-3/1964, expedida pelo Ministério da Aeronáutica.

Assim, foi notificada para apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias.

Afirma que há patente violação do devido processo legal e do rito previsto na Lei 9.784/1999, tendo em vista que a notificação é vaga e apenas informa a abertura do procedimento de revisão por determinação de Portaria, na qual foi citado julgamento realizado pelo STF sob a sistemática da repercussão geral – RE 817.338.

Destaca que, em razão da pendência de publicação do referido julgado, não há como saber o exato conteúdo do que foi decidido pelo STF, bem como que essa decisão será objeto de recurso, "sendo certo que o resultado do julgamento poderá sofrer alterações e, inclusive, se sujeitar a modulações no tocante ao seu cumprimento" (e-STJ fl. 09), considerando-se que houve grande divergência no julgamento.

Nesse contexto, entende que a precipitação do referido processo de revisão implica a sua nulidade, ante a impossibilidade de defesa dentro das regras do devido processo legal, citando precedentes do STF e STJ que embasariam as suas alegações.

Registra, ainda, que, nos termos do art. 2º, XIII, da Lei 9.784/1999, é vedada a aplicação retroativa de nova interpretação.

Superior Tribunal de Justiça

Ao final, alegando que estão presentes os requisitos de urgência, pleiteia o deferimento de liminar, a fim de que seja determinado que a autoridade indicada como coatora suspenda o processo de revisão/anulação da Portaria anistiadora até o final julgamento do presente *writ*.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 7º, III, da Lei 12.016/2009, a concessão de medida liminar em sede de mandado de segurança requer a presença, concomitante, de dois pressupostos autorizadores: a) a relevância dos argumentos da impetração; b) que o ato impugnado possa resultar a ineficácia da ordem judicial, caso seja concedida ao final, havendo o risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

Na presente hipótese, em uma análise perfunctória dos autos, própria das tutelas de urgência, não se verifica a presença dos requisitos autorizadores da concessão do pedido liminar.

Com efeito, os fundamentos da impetração não são aptos a configurar, de imediato, o direito perseguido.

O Supremo Tribunal Federal, apreciando o Tema 839, RE 817.338, fixou a seguinte tese: "No exercício do seu poder de autotutela, poderá a Administração Pública rever os atos de concessão de anistia a cabos da Aeronáutica com fundamento na Portaria 1.104/1964, quando se comprovar a ausência de ato com motivação exclusivamente política, assegurando-se ao anistiado, em procedimento administrativo, o devido processo legal e a não devolução das verbas já recebidas."

Na hipótese, a Administração – por meio da Portaria 3.076/2019 – determinou a revisão das anistias concedidas com fundamento na Portaria 1.104/GM-3/1964 e, posteriormente, notificou a parte impetrante sobre a instauração de procedimento de revisão, intimando-a para apresentar alegações de defesa.

Diante disso, não se pode olvidar que constitui direito da Administração a revisão dos atos administrativos supostamente ilegais, desde que obedecido ao contraditório e à ampla defesa, sendo certo que não se vislumbra a existência dos requisitos autorizadores da concessão da medida de urgência, em razão da mera instauração de processo de revisão.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, a serem prestadas no prazo de 10 (dez) dias.

Notifique-se a União nos termos do art. 7º, II, da Lei 12.016/2009.

Após, vista ao Ministério Público Federal, para parecer.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator